

## CIDADE

## INVESTIMENTO EM SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA

## Prefeitura oficializa comodato com a AFPESP e assume margens do Lago da Pompeia para revitalização turística do local

Stela Calafiori  
Da Redação

Foi publicada nesta semana, no Jornal Oficial, a lei que autoriza o comodato com a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP). A medida garante ao município o direito de uso gratuito de uma área de 5.800,91 m², no bairro Pompeia, por um período inicial de dez anos.

Para o prefeito Maurício de Oliveira Santos, a sanção da lei marca o início de uma nova fase para o espaço. "Com a lei em vigor e a posse prestes a ser oficializada, a expectativa é que as obras de infraestrutura tenham início em breve. Nosso objetivo final é revitalizar o Bairro do Bataião e o Lago da Pompeia, resgatando um dos mais tradicionais cartões-postais e pontos de lazer para as famílias socorrenses e turistas", destaca.

O chefe do Executivo revelou que o objetivo é repassar a gestão do espaço turístico para a iniciativa privada. Segundo ele, a prefeitura formará comissões para definir

a melhor destinação para o local, com foco na regularização e no uso adequado e rentável dos espaços públicos. "A ideia é fazer uma parceria com a iniciativa privada por meio do modelo de concessão para que empresas assumam a operação do Rancho do Bataião, garantindo a manutenção do espaço e a criação de atrativos para a população e turistas", afirma Maurício.

O prefeito destaca também que a medida beneficiará diretamente a obra do Parque da Pompeia, que já vinha sendo realizada em convênio com o DADRE (Departamento de Aterros, ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos). Ele aponta que o projeto original contemplava apenas uma margem do lago e apresentava desafios de planejamento, como a ausência de estrutura de saneamento, o que inviabilizaria o uso efetivo do espaço.

De acordo com Maurício, a posse da nova área permitirá a instalação de infraestrutura básica, como redes



de água e esgoto da Sabesp, interligando as duas obras e viabilizando o uso público do local sem riscos ambientais ao manancial. "Você não pode fazer um ponto turístico sem banheiro e não se pode fazer

uma fossa séptica à beira do lago. Então, vamos criar uma estrutura e fazer com que o espaço volte a ser frequentado pela população de forma adequada", explica.

Além de criar uma estrutura para o

turismo, o instrumento de comodato prevê a utilização das margens do lago para a ampliação e modernização da estrada paralela à principal via de acesso ao bairro da Pompeia, visando melhorar o tráfego e a mo-

bilidade urbana da região.

O município assumirá todos os custos das intervenções, que incluem o desassoreamento e a limpeza do lago, a reforma do espaço do Bataião, a construção de passeios e a execução de muros de contenção no padirão da AFPESP, para isolar a área cedida do restante das dependências da associação.

Em nota enviada à reportagem, a AFPESP classificou o acordo como um marco para o fortalecimento do turismo e da qualidade de vida na região. A entidade destacou que a cessão visa diversificar as opções de entretenimento tanto para a população local quanto para os associados, garantindo a qualificação e o uso mais amplo do espaço.

A associação ressaltou ainda que a parceria permite um planejamento de longo prazo e frisou que, durante toda a vigência do comodato, a gestão e a manutenção da área passam a ser de inteira responsabilidade do poder público municipal.

## APÓS 4 MESES EM TRAMITAÇÃO

## Empréstimo de R\$ 20 milhões é rejeitado pela Câmara Municipal

Stela Calafiori  
Com informações da Imprensa/Câmara

O projeto de lei 18/2026, que autoriza a Prefeitura de Socorro a contratar uma operação de crédito de R\$ 20 milhões junto à Caixa Federal (Infra Finisa), foi rejeitado pela Câmara Municipal durante sessão extraordinária realizada na última sexta-feira, 26 de junho.

Após quatro meses de tramitação, a matéria recebeu 5 votos favoráveis e 4 contrários. Como a Lei Orgânica Municipal exige maioria qualificada de dois terços (seis votos) para a aprovação de empréstimos, a proposta foi arquivada.

Votaram a favor do projeto os vereadores José Adriano, Lauro Aparecido de Toledo, Marcelo Golo Recilla, Rafael Henrique e Thiago Balderi. Posicionaram-se contra o presidente da Casa, Tiago Minozzi de Faria, e os vereadores Marco Antonio Zanesso, Marcos Preto e Patrícia Toledo.

## Tramitação de quatro meses até a votação

A proposta do Executivo foi apresentada em fevereiro com a justificativa de que o valor seria aplicado para financiamento de obras estruturais e equipamentos de saúde e educação. Os recursos captados por meio do Finisa (Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) teriam prazo de pagamento de 120 meses - sendo 12 meses de carência - e utilizarão o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como garantia.

O projeto previa os seguintes investimentos: R\$ 1 milhão para a construção de uma sala de hemodiálise; R\$ 9 milhões para a construção da escola municipal CMEI Profª Tarsila Picarelli Marcolino; e R\$ 10 milhões em equipamentos, obras e serviços de infraestrutura urbana.

A tramitação da matéria esbarrou em diversos questionamentos por parte das comissões permanentes da Casa, que enviaram pedidos de informações sobre a saúde finan-

ceira do município e o contrato de empréstimo. Na reta final, os pareceres evidenciaram a divisão do Legislativo.

Na Comissão de Finanças e Orçamento, o parecer foi pela rejeição (2 a 1): o relator Marco Antonio Zanesso e a presidente Patrícia Toledo apontaram que o município havia ultrapassado o limite de alçada fiscal (artigo 167-A da Constituição Federal) e criticaram a falta de projetos específicos, enquanto José Adriano votou a favor. Já na Comissão de Justiça e Redação, o cenário se inverteu e o projeto avançou por 2 a 1: o relator Marcos Preto votou contra, apontando insegurança jurídica, mas foi vencido por Lauro Toledo e Marcelo Golo, que aprovaram o projeto destacando o caráter estratégico das obras.

Em meio a esse processo, no mês de abril, o vereador Marcos Preto apresentou uma emenda dividindo os R\$ 20 milhões em eixos: R\$ 9 mi para creches e escolas; R\$ 4 mi para ônibus e caminhões; R\$ 2 mi para pavimentação; R\$ 2 mi para transformação digital (softwares); R\$ 2 mi para saneamento; e R\$ 1 milhão para unidades de saúde, incluindo uma sala de hemodiálise. No entanto, um dia antes da votação na sessão extraordinária, o próprio autor protocolou o Requerimento 77/2026 retirando a emenda. No documento oficial, ele justificou que, ao longo da tramitação, "surgiram novas informações e declarações que divergiram daquelas que inicialmente foram apresentadas", gerando dúvidas sobre a aplicação dos recursos e a compatibilidade das despesas com a linha de financiamento.

## Embate durante a votação

Durante a discussão do projeto, a retirada da emenda de Marcos Preto polarizou o debate. De um lado, Thiago Balderi questionou o recuo, argumentando que a pró-

pria tentativa de detalhar os gastos já indicava que a Câmara reconhecia a viabilidade do empréstimo. Do outro, Marcos Preto justificou que aprovar a operação seria dar um "cheque em branco" ao prefeito, alertando ainda que a dívida final poderia bater a casa dos R\$ 40 milhões com os juros.

Na defesa do financiamento, os parlamentares favoráveis focaram na urgência das obras. Thiago Balderi revelou ter consultado um técnico da Prefeitura, que atestou ser inviável construir a nova escola sem o crédito, e pediu que a economia gerada pelo fim do aluguel de caminhões fosse contabilizada. Rafael Henrique endossou a defesa lembrando que o pacote também incluía a hemodiálise, mas questionou se a resistência da Casa tinha motivação técnica ou política, cobrando a ausência de uma audiência pública para envolver a população no debate.

A resposta da oposição focou na falta de clareza dos gastos, exemplificada por Marcos Preto ao questionar a previsão de R\$ 2 milhões para softwares - área que, segundo ele, já possui contrato vigente na Prefeitura. Ao encerrar a discussão, o presidente da Câmara, Tiago Faria, garantiu que não havia oposição a escolas ou obras, mas sim à falta de transparência. Para ele, se o Executivo tivesse enviado um texto claro e debatido a proposta desde o início, as dúvidas que travaram a votação teriam sido evitadas.

## Histórico de empréstimos

A busca por crédito junto a instituições financeiras federais não é uma novidade na administração de Socorro. Em 2018, a Câmara chancelou dois grandes pacotes de crédito: um de R\$ 2,2 milhões pelo próprio programa Finisa para a compra de máquinas e equipamentos, e outro de R\$ 14,25 milhões pelo programa Pró-Transporte (Avançar Cidadão) para a construção de duas novas avenidas no Jardim Gollo e no Ribeirão do Meio. Em todos esses casos, as receitas do FPM e outros repasses constitucionais também foram oferecidos como garantia, assim como no projeto atual.



**Justificativas da votação**  
Entre os parlamentares favoráveis, houve consenso de que a operação de crédito viabilizaria investimentos estratégicos nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, com impacto direto na rotina da população.

A partir dessa base comum, cada vereador detalhou suas prioridades. Marcelo Golo defendeu o financiamento como um "investimento estratégico" para o desenvolvimento de Socorro, citando a construção da escola, a hemodiálise e a compra de caminhões. Ele ponderou, contudo, que a execução exigiria "atenção à responsabilidade fiscal, transparência na aplicação dos recursos e acompanhamento rigoroso". José Adriano focou no impacto humano e estrutural. Ele destacou que a hemodiálise evitaria viagens constantes a outros municípios, trazendo "mais dignidade, conforto e segurança" aos pacientes, e lembrou da necessidade de investir em creches, bibliotecas e na renovação da frota de ônibus e biom-

quinas para reforçar os serviços públicos. Já Lauro Toledo deu ênfase à infraestrutura urbana e rural. Em sua manifestação, o vereador ressaltou que a compra de maquinário e caminhões ajudaria a "atender melhor os serviços das estradas rurais e demais demandas da administração".

## Os argumentos contra

No grupo que rejeitou a proposta, o argumento central foi a falta de informações detalhadas sobre a destinação dos recursos e a segurança jurídica da operação. Os parlamentares ressaltaram não ser contra as obras em si, mas contra a forma como o projeto foi apresentado. A vereadora Patrícia Toledo cobrou detalhamento sobre quais equipamentos seriam comprados, os custos exatos e as áreas beneficiadas. Ela também alertou para a situação fiscal do município, citando dados do Tribunal de Contas e as restrições do artigo 167-A da Constituição Federal. "Não sou

contra escolas, obras ou equipamentos. Sou contra aprovar um projeto sem saber exatamente seu conteúdo, sua finalidade e sua regularidade jurídica", resumiu.

O presidente da Câmara, Tiago Faria, classificou o texto como um "cheque em branco" marcado pela "falta de transparência". Ele criticou a ausência de dados e apontou contradições sobre o possível fechamento de uma escola tradicional.

Tiago alertou ainda para o impacto a longo prazo. Segundo ele, "o projeto não traz clareza suficiente sobre as condições do empréstimo, nem segurança sobre os juros" e que poderia elevar a dívida a mais de R\$ 30 mi. Ele lembrou que, "no fim das contas, quem paga essa conta é a população".

## Prefeito reage à votação e aponta impacto sobre obras e contrapartidas

Em entrevista após a rejeição, o prefeito Maurício de Oliveira Santos atribuiu o resultado a uma manobra política para frear o ritmo da administração. Ele explicou que o crédito não cobriria despesas correntes, mas garantiria fôlego financeiro para contrapartidas de convênios já conquistados. "Eu não estou pegando dinheiro para pagar a conta, nem para fazer ponte ou avenida. É para uma escola, contrapartida da hemodiálise e do ginásio de esportes", afirmou.

Maurício rebateu a suposta inviabilidade fiscal do município revelando que a Caixa Federal chegou a disponibilizar R\$ 50 milhões em crédito. Ele argumentou que a cidade já captou mais de R\$ 100 milhões em recursos estaduais e federais, e que a operação seria um complemento segundo. "É uma oportunidade de um prefeito ter um crédito no começo do mandato, num banco oficial, com juros menores que os de mercado", declarou, ressaltando que a contratação

seria escalonada: "Para este ano, só a prestarão só uma parte, são R\$ 6 milhões".

Ao contestar a tese de "cheque em branco", o chefe do Executivo justificou que a imprevisibilidade de custos nas licitações exige uma reserva de caixa. "Numa licitação, você nunca sabe o preço exato que vai ter. Pode ser mais barato, pode ser mais caro. Se for um preço mais caro, você precisa de um recurso para colocar contrapartida, senão, você não viabiliza a obra", explicou. Sobre a nova unidade educacional, Maurício destacou a urgência ao revelar um gargalo estrutural: "A maior escola de tempo integral do município está num prédio que era para ser um mercado, construído há 35 anos". Ele também defendeu a renovação da frota, lembrando que a Prefeitura opera com estrutura sucateada e que "desde 2002 não se compra um caminhão". Para o prefeito, o financiamento anteciparia soluções que o caixa atual não suporta

de imediato. "Eu não vejo muito justo eu pegar uma Prefeitura com os equipamentos sucateados e ter que recuperar tudo só com o orçamento", desabafou.

No campo político, Maurício apontou incoerência de parte da oposição, lembrando que alguns dos parlamentares que agora rejeitaram o projeto já haviam aprovado empréstimos semelhantes em mandatos anteriores. "Vereadores que aprovaram R\$ 14 milhões para uma avenida, para especulação imobiliária, não são capazes de aprovar uma coisa para a saúde, para a educação e para as estradas rurais?", questionou. Ele lamentou que a rejeição compromete o cronograma da cidade - "Está comprometendo a construção de casa popular, a hemodiálise, a UPA, o AME e a nova escola. Vai acontecer tudo, mas vai atrasar", mas foi enfático ao garantir a execução de seus projetos: "O meu plano de governo vai ser cumprido, com empréstimo ou não", concluiu.

## EXPEDIENTE

Jornal  
**O MUNICÍPIO**  
de Socorro

Diretores: Antonio Fontana Filho (em férias) e Maria Souza Figueira Fontana. Jornalista responsável: Maria Souza Figueira Fontana - MTB 43377/SP  
www.jornalomunicipio.com.br • contato@jornalomunicipio.com.br | Instagram: @jornalomunicipio\_socorro

Assinatura 2026 - Janeiro a Dezembro: R\$ 150,00 - Tiragem: 4000 | Telefone fixo (19) 3885-1593  
WhatsApp Redação - (19) 9969-9462 | WhatsApp Anúncios - (19) 3885-1593  
WhatsApp Assinatura - (19) 97156-7314

O jornal O Município não se responsabiliza por conteúdos enviados em artigos dos seus colaboradores.  
Recado: O Município LTDA, Semanário Rua José Bonifácio, 110/121 - Centro - CEP 13566-000  
Socorro/SP | CNPJ 44.849.511/0001-58 | Inscrição estadual: 668.005.990.117 | Inscrição municipal: 5.400.227

Fundado em 16 de outubro de 1921

## PREVISÃO

SEXTA 03/07  
MIN. 14° MAX. 23°

SÁBADO 04/07  
MIN. 12° MAX. 22°

DOMINGO 05/07  
MIN. 11° MAX. 21°

SEGUNDA 06/07  
MIN. 10° MAX. 23°